



Município da Lourinhã
Divisão de Contratação Pública e Projetos
Aquisição de bens e serviços

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

(Nos termos do art.º 115º do Código Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01, na sua atual redação)

Procedimento por Consulta Prévia

[Nos termos da alínea c) do nº 1 do art.º 20º e art.º 114.º a 127.º do Código Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação]

Fornecimento de vestuário de trabalho

Procedimento com a referência:

2025/300.10.005/6

CPG/4/2025

Valor base para efeitos do presente procedimento é de 54.904,60Euros

O Vereador, em Regime de Permanência a tempo inteiro da Câmara, por Despacho da Delegação de Competências, datada de 12/09/2024.

(João José da Silva Serra, Vereador)

ÍNDICE

Artigo I.	Convite:	4
Artigo II.	Identificação da Entidade Adjudicante:	4
Artigo III.	Órgão que tomou a decisão de contratar:	4
Artigo IV.	Fundamento da Escolha de Consulta Prévia:	5
Artigo V.	Processo do concurso:	5
Artigo VI.	Disponibilização das peças:	5
Artigo VII.	Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento:	6
Artigo VIII.	Erros e Omissões:	6
Artigo IX.	Prazo para apresentação das Proposta:	7
Artigo X.	Documentos que integram a proposta e modo de apresentação:	8
Artigo XI.	Idioma dos documentos das propostas:	10
Artigo XII.	Propostas variantes:	10
Artigo XIII.	Obrigações de manutenção das propostas:	10
Artigo XIV.	Valor base:	10
Artigo XV.	Proposta / Indicação do preço:	11
Artigo XVI.	Critério de adjudicação e desempate:	11
Artigo XVII.	Análise das Propostas:	12
Artigo XVIII.	Esclarecimento sobre as propostas:	12
Artigo XIX.	Relatório Preliminar:	13
Artigo XX.	Audiência Prévia:	13
Artigo XXI.	Relatório final:	13
Artigo XXII.	Notificação da decisão de adjudicação:	14
Artigo XXIII.	Modalidade Jurídica do Agrupamento adjudicatário:	14
Artigo XXIV.	Documentos de Habilitação:	15
Artigo XXV.	Caução:	16
Artigo XXVI.	Preço anormalmente baixo:	16
Artigo XXVII.	Aceitação da minuta do contrato:	16
Artigo XXVIII.	Celebração do contrato:	17

Artigo XXIX. Publicitação:.....	17
Artigo XXX. Despesas e encargos:.....	18
Artigo XXXI. Identificação do órgão de recurso administrativo:	18
Artigo XXXII. Disposições Finais:	18
ANEXOS	19

CONVITE

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA NO ÂMBITO DE CONSULTA PRÉVIA SOB O REGIME GERAL PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS.

Artigo I. Convite:

O presente convite tem por objeto principal o fornecimento contínuo de vestuário de trabalho por lotes para a gestão de stock do Armazém do Parque de Máquinas e Oficinas nos termos das **especificidades técnicas** definidas no **anexo A da Parte II | Cláusulas Técnicas** do presente Caderno de Encargos.

Artigo II. Identificação da Entidade Adjudicante:

Município da Lourinhã com o NIPC 502177101, sito no Edifício Paços do Concelho, Praça José Máximo da Costa, (CP 2534-850), Lourinhã, telefone 261410120 e fax 261410108, endereço de correio eletrónico: *contratacao.publica@cm-lourinha.pt* e sítio da internet: *http://www.cm-lourinha.pt*.

Artigo III. Órgão que tomou a decisão de contratar:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atualizada, a decisão de contratar foi proferida pelo Sr. Presidente de Câmara, João Duarte de Carvalho, Eng.º, considerando as competências próprias ao abrigo das alíneas g) e f) n.º 1 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, na sua redação atualizada e em vigor por força da Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, aplicável por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.
2. A decisão de contratar foi proferida na data da assinatura eletrónica qualificada aposta no presente convite.
3. O concurso é conduzido por um Júri, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º do CCP, designado pelo órgão competente acima referido, no qual se impõe a necessidade de juntar

declaração de inexistência de conflitos de interesses anexa ao presente processo, a que se refere o n.º 5 do mesmo artigo.

Artigo IV. Fundamento da Escolha de Consulta Prévia:

Face às previsões de consumo para 2025 de vestuário de trabalho e com o intuito de reduzir a quantidade de requisições emitidas e consequentemente os tempos de espera dos serviços requisitantes, considera-se necessário encetar os procedimentos conducentes à abertura de concurso para fornecimento contínuo de vestuário de trabalho.

Face ao exposto e atendendo ao valor base do procedimento, considera-se a Consulta Prévia Geral, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 20º do CCP, o procedimento mais ajustado, o que resulta num convite a 4 entidades, garantindo assim os princípios de transparência e igualdade concorrencial consagrados no Código da Contratação Pública.

Artigo V. Processo do concurso:

1. O processo do concurso é constituído pelas seguintes peças procedimentais: convite e caderno de encargos e anexos que deles façam parte.
2. O processo pode ser consultado no Setor de Aquisição de Bens e Serviços, da Divisão de Contratação Pública e Projetos - DCP, na morada indicada no **artigo II** do convite, durante as horas de expediente, das 9h00m às 12h30m e das 14h00m às 17h30m, desde a data de envio do convite até ao termo do prazo para apresentação das propostas.

Artigo VI. Disponibilização das peças:

1. Poderá ser feito download gratuito das peças do procedimento na Plataforma Eletrónica de Contratação para o Sector Público, AcinGov, com endereço eletrónico <http://www.acingov.pt>.
2. Todas as comunicações e notificações entre a entidade adjudicante e o convidado, na fase de formação do contrato, serão efetuadas, pela mesma via eletrónica de dados identificada no número anterior, nos termos do disposto nos artº 467.º a 469.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo VII. Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento:

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da responsabilidade do Júri do procedimento nomeado para efeitos deste concurso, no âmbito das competências definidas no artigo 69.º do CCP, conjugado com o artigo 50º do mesmo diploma, devendo os interessados enviar os seus pedidos de esclarecimentos através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt> até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos a que se refere a alínea anterior serão prestados, pela mesma via, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas e notificados a todos os interessados que adquiriram as peças do procedimento, sendo igualmente disponibilizados em <http://www.acingov.pt>.
3. Qualquer retificação ou alteração das peças do procedimento são da competência do Órgão competente para a decisão de contratar.
4. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
5. Quando as retificações ou os esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo previsto no n.º 2 do presente artigo, o prazo fixado para apresentação de propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao atraso verificado.
6. A decisão de prorrogação do prazo cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e deve ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados.

Artigo VIII. Erros e Omissões:

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os convidados podem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados e que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.

2. Excetuam-se do disposto no número 1 os eventuais erros e omissões que os interessados, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudessem detetar na fase de execução do contrato.
3. A apresentação da lista referida no número 1 deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados em função da natureza do erro ou omissão, designadamente, memória descritiva com a identificação clara e fundamentada do erro ou omissão;
4. As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizadas na Plataforma Eletrónica de Contratação para o Sector Público, acinGov, com endereço eletrónico <http://www.acingov.pt> e juntas às peças do procedimento que se encontrem disponíveis para consulta e todos aqueles que tenham adquirido as peças do procedimento serão imediatamente notificados daquele facto;
5. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas ou do prazo fixado no número 4 do artigo IX o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificadas pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites;
6. O órgão competente para a decisão de contratar identifica os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites;
7. A decisão prevista no número anterior é publicitada na Plataforma Eletrónica de Contratação para o Sector Público, acinGov, com endereço eletrónico <http://www.acingov.pt>, e junta às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido serem imediatamente notificados do facto.

Artigo IX. Prazo para apresentação das Proposta:

1. O prazo para apresentação da proposta é de **12 (doze) dias** seguidos a contar do dia imediatamente seguinte à data do convite e deverá ser apresentada, através da plataforma eletrónica, a uso por este Município, com o endereço na internet <http://www.acingov.pt>, de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 62.º do CCP.
2. A entidade convidada deverá prever o tempo necessário para a inserção da proposta, documentos e amostras, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora fixada no número anterior.

3. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
4. A proposta deve ser apresentada até às **23h59m do 12.º dia** a contar da data do envio do convite, através de plataforma eletrónica a uso por este Município com o endereço na internet <http://www.acingov.pt>.
5. Quando as retificações implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, a data limite fixada no n.º 1 deve igualmente ser prorrogada no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações;
6. A pedido, fundamentado, de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita todos os interessados.
7. As decisões de prorrogação nos termos do disposto no número anterior serão juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões na plataforma eletrónica utilizada.

Artigo X. Documentos que integram a proposta e modo de apresentação:

1. Na proposta o convidado manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo. Deste modo, deverá o convidado apresentar os seguintes documentos:
 - a) Documento referido na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, e que constitui o **Anexo I** ao presente convite e que deverá estar de acordo com os n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo;
 - b) Lista de preços unitários ***preenchida de acordo com o Formulário da Proposta / Candidatura***, disponível na plataforma eletrónica de contratação pública no endereço <http://www.acingov.pt>
 - c) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo **Caderno de Encargos - Cláusulas Jurídicas e Cláusulas Técnicas e seus anexos**, contenham os **atributos da proposta**, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;

- d) Declaração sob compromisso de honra contendo a indicação de um prazo de tempo para recolha e substituição do material que se encontre danificado ou não conforme;
 - e) Ficha técnica do material a fornecer;
 - f) Para o **lote 2** (calçado) os concorrentes deverão fornecer, obrigatoriamente, uma amostra de cada artigo proposto, no **tamanho 39**, de forma a possibilitar ao júri a avaliação do cumprimento das especificações técnicas exigidas, as referidas amostras deverão ser entregues no Balcão do Município, ao cuidado do Presidente de Júri do procedimento, sito no Edifício Paços do Concelho, Praça José Máximo da Costa 2530-850 Lourinhã, de segunda a sexta feira no horário compreendido entre 8h30 e as 16h30 até ao final do prazo para apresentação de propostas;
 - g) Certidão de teor do pacto social da empresa onde constem os poderes necessários que são conferidos para outorgar o contrato, devidamente atualizada, ou a indicação do código de acesso para consulta da certidão permanente on-line na plataforma Portal da Empresa (www.portaldaempresa.pt), ou documento equivalente.
 - h) Declaração a que se refere o n.º 4 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo aprovado em anexo ao Decreto-Lei 4/2015, de 7 de janeiro, conforme modelo constante do **anexo III** do presente convite.
 - i) Subscrever a Declaração de consentimento de Tratamento de Dados Pessoais, conforme modelo previsto no **anexo IV** ao presente Convite e que dele faz parte integrante.
2. Todos os documentos que instruem a proposta devem, de forma **individual**, ser assinados eletronicamente através de certificado de assinatura digital qualificada para o efeito, emitida por uma entidade Certificada pela Autoridade Nacional de segurança, de acordo com o disposto nos n.ºs 2 a 6 do art.º 54.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto e números 4 e 5 do artigo 57.º do CCP, pelo concorrente ou seu representante que tenha poderes para o obrigar.
3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura deverá a entidade interessada submeter junto da proposta um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante;

4. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
5. O prazo de validade das propostas é de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
6. As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Artigo XI. Idioma dos documentos das propostas:

Não são admitidos documentos em língua estrangeira a não ser que estejam acompanhados de tradução legalizada.

Artigo XII. Propostas variantes:

1. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.
2. Entende-se como propostas variantes as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas nos termos expressamente admitidos no caderno de encargos.
3. Cada concorrente só pode apresentar uma única proposta.

Artigo XIII. Obrigação de manutenção das propostas:

Os convidados/interessados são obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo XIV. Valor base:

1. Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 47.º do CCP, o preço base do presente procedimento, como parâmetro base do preço contratual, é fixado em EUR: **54.904,60** (cinquenta e quatro mil, novecentos e quatro euros e sessenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa em vigor.
2. O preço base estabelecido no número anterior é decomposto do seguinte modo:

- a. Lote 1: **€ 34.023,90** (trinta e quatro mil e vinte e três euros e sessenta centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
 - b. Lote 2: **€ 19.344,64** (dezanove mil, trezentos e quarenta e quatro euros e sessenta e quatro centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
 - c. Lote 3: **€ 1.536,06** (mil, quinhentos e trinta e seis euros e seis centimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor
3. Cada concorrente pode apresentar proposta para um ou mais lotes, mas sempre para a totalidade do lote ou lotes, não poderá nunca apresentar proposta a parte do lote ou lotes.
 4. O valor base tem por referência o resultado da consulta preliminar de mercado, efetuada conforme previsto no artigo 35º-A do CCP.

Artigo XV. Proposta / Indicação do preço:

1. Na proposta o concorrente deverá indicar os seguintes elementos:
 - a) Preço unitário e preço total.
2. Os preços constantes das propostas são indicados em algarismos, não incluindo o IVA.
3. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
4. Se na proposta forem indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
5. As propostas não serão objeto de negociação.
6. As propostas não serão objeto de leilão.

Artigo XVI. Critério de adjudicação e desempate:

1. A adjudicação é feita à proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante determinada pela modalidade prevista na alínea b) do n.º 1 do art.º 74 do CCP: **Avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar**, na medida em que as peças do procedimento definem todos os restantes elementos da execução do contrato a celebrar, com exceção do preço.

2. No caso de a proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, constar mais do que uma proposta, **para desempate**, os concorrentes deverão apresentar sob **declaração de honra, a indicação de um prazo de tempo para a recolha e substituição do material que se encontre danificado ou não conforme**. A adjudicação será feita à entidade que apresente a *proposta com o menor prazo de tempo*.

3. No caso de continuar a existir empate, será efetuado um *sorteio presencial*, a promover pelo Júri, na presença dos representantes de todos os concorrentes, que serão notificados via plataforma eletrónica, para o sorteio com uma antecedência mínima de dois dias. No final o Júri elaborará a respetiva ata que documentará os trabalhos realizados na dita sessão e os resultados do sorteio, ficando esta apensa ao processo de contratação pública e que será divulgada a todos os concorrentes.

12

Artigo XVII. Análise das Propostas:

1. O júri nomeado para o efeito, pela entidade adjudicante, analisa e avalia as propostas para efeitos de adjudicação tendo em consideração o critério de adjudicação referido no artigo anterior.
2. A análise das propostas é efetuada com base nos documentos que constituem a proposta e respetivas amostras.
3. O júri poderá socorrer-se da colaboração dos quadros da entidade adjudicante, ou de quaisquer outros técnicos, como consultores externos, para apoio e elaboração de relatórios técnicos, na análise das propostas.
4. As deliberações do júri poderão ter por fundamento, no todo ou em parte, pareceres ou estudos de consultores internos ou externos, casos em que tais documentos instruirão os respetivos relatórios que para eles remeterão.
5. A proposta não será objeto de leilão eletrónico.

Artigo XVIII. Esclarecimento sobre as propostas:

1. O concorrente obriga-se a prestar, em relação à sua proposta e a toda a documentação que a instrua, os esclarecimentos que o júri considere necessários à avaliação da mesma.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões

que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP, na sua atual redação.

3. O júri solicitará aos concorrentes, para que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, nomeadamente a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.

4. O júri procederá à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

5. Todos os esclarecimentos prestados serão publicitados na plataforma eletrónica, AcinGov, utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os concorrentes serem imediatamente notificados desse facto.

Artigo XIX. Relatório Preliminar:

1. O júri, após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, tipificado no artigo XVII, elaborará fundamentadamente um relatório preliminar, propondo a ordenação das referidas propostas.

2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve também propor a exclusão dos concorrentes relativamente às quais se verifique alguma das situações a que alude os artigos 70.º e 122.º do CCP, na sua atual redação.

Artigo XX. Audiência Prévia:

Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito no prazo que para o efeito lhes for fixado, não podendo o mesmo ser inferior a 3 dias úteis, nos termos do n.º 1 do artigo 123.º do CCP, na sua atual redação.

Artigo XXI. Relatório final:

Terminada a audiência prévia, o júri elaborará um relatório final fundamentado, de acordo com o definido no artigo 124.º do CCP, na sua atual redação. O referido relatório,

juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

Artigo XXII. Notificação da decisão de adjudicação:

1. Notificação da Escolha do Adjudicatário

1.1 O órgão competente para a decisão de contratar notificará todos os concorrentes da decisão de adjudicação, acompanhado do relatório final de análise das propostas ou da decisão de não adjudicação e respetivos fundamentos;

1.2 Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário para:

i) Apresentar os documentos de habilitação exigidos, nos termos do disposto do artigo XXIV do presente convite;

2. Anulação da Adjudicação

A adjudicação considera-se sem efeito quando, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário, não entregue a documentação (Documentos de Habilitação) que lhe seja exigida.

3. Causas de Não Adjudicação

Não há lugar à adjudicação quando:

- a)** Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
- b)** Todas as propostas tenham sido excluídas;
- c)** Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para apresentação das propostas;
- d)** Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem;
- e)** A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

Artigo XXIII. Modalidade Jurídica do Agrupamento adjudicatário:

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo.

Artigo XXIV. Documentos de Habilitação:

1. O adjudicatário deve apresentar, no **prazo de 5 dias úteis** a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online¹, de que se encontra nas seguintes situações:

- a) Situação regularizada relativamente a **contribuições para a segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- b) Situação regularizada relativamente a **impostos devidos em Portugal** ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- c) Certificado de **registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções e da empresa, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
- d) **Declaração** prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme modelo constante do **anexo II** do presente convite (declaração de não impedimento);

2. **Para efeitos da outorga do contrato deverá, ainda, indicar os seguintes dados ou reprodução:** (se optar por esta última, o envio das cópias dos documentos de identificação, pressupõe a autorização

expressa do (s) visado (s), terão de ser assinadas e datadas nas cópias, referindo o fim a que as mesmas se destinam, Portaria n.º 287/2017, que concretiza alterações à Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro)

- a) Número de identificação do Cartão de Cidadão ou do Bilhete de Identidade e sua validade e Número de Contribuinte da(s) pessoa(s) que intervém(êm) no contrato;
- b) Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva;
- c) Ata ou Procuração com poderes para o ato, caso se aplique;
- d) Certidão de teor do pacto social da empresa onde constem os poderes necessários que são conferidos para outorgar o contrato, devidamente atualizada, ou a indicação do código de acesso para consulta da certidão permanente on-line na plataforma Portal da Empresa (www.portaldaempresa.pt).

¹ Declaração de consentimento para consulta *on-line*, nos termos do Decreto-Lei nº 114/2007, de 19 de Abril

3. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um **prazo adicional de 5 dias úteis**, destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cujos dados e/ou reprodução tenham sido apresentados em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.
5. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
6. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
7. Os documentos de habilitação serão apresentados de modo idêntico ao da apresentação da proposta.

Artigo XXV. Caução:

Não é exigível a prestação de caução nos termos do n.º 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua actual redacção.

Artigo XXVI. Preço anormalmente baixo:

A entidade adjudicante não definiu, as situações em que o preço ou o custo de uma proposta é considerado anormalmente baixo.

Artigo XXVII. Aceitação da minuta do contrato:

1. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos

dois dias subsequentes á respetiva notificação, nos termos do artigo 101.º do CCP, na sua atual redação.

2. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou a recusa dos ajustamentos propostos.
3. No prazo de 10 dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatario da sua decisão, equivalendo o silencio á rejeição da reclamação.
4. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatario não fazem parte integrante do contrato.

17

Artigo XXVIII. Celebração do contrato:

1. Salvo a inexigibilidade legal da redução do contrato a escrito, a outorga do contrato deverá ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a) Apresentar todos os documentos de habilitação exigidos;
 - b) Comprovada a prestação da caução, caso se aplique;
 - c) Confirmados os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da sua proposta.
2. Do presente procedimento será celebrado contrato escrito, em suporte digital e a outorga do contrato é realizada eletronicamente na plataforma eletrónica AcinGov.
3. A entidade pública contratante comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 dias, a data e hora em que ocorrerá a outorga do contrato.

Artigo XXIX. Publicitação:

O presente procedimento, Consulta Prévia em regime geral, está sujeito a publicitação, em conformidade com o disposto no artigo 127.º do CCP, na sua atual redação, no portal dos contratos publicos, www.base.gov.pt.

Artigo XXX. Despesas e encargos:

São encargos dos concorrentes, as despesas inerentes ao procedimento, em particular, as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo XXXI. Identificação do órgão de recurso administrativo:

18

O órgão de recurso administrativo das deliberações do júri é a entidade que proferiu a decisão de contratar, indicada no **artigo III** do presente convite.

Artigo XXXII. Disposições Finais:

1. Assunção de compromisso

A adjudicação está dependente da verificação da conformidade legal da despesa, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, e legislação conexa, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas e demais normas exigidas por lei.

2. Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Convite aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação e demais legislações aplicáveis.

ANEXOS

**(Todos os anexos, encontram-se disponíveis, na Plataforma de Contratação Pública,
em formato editável)**

19